

Ensaio sobre a Economia da Mesopotâmia e do Egito: um parâmetro fundante de análise

Junior Benedito Pleis 

Talita Seniuk 

Resumo

A economia mesopotâmica e egípcia na Antiguidade foi pujante, apesar da lembrança restrita ao interesse estético por essas culturas. Almejando obter um panorama detalhado sobre seu funcionamento, acrescido de um diagnóstico de alguns de seus modos de produção, buscamos neste trabalho apresentar uma revisão sistemática da literatura sobre o escasso tema dessas sociedades que cortam o deserto. Tal análise partiu de modelos econômicos contemporâneos, respeitadas as devidas proporções estruturais e temporais, além de considerar outros aspectos fundamentais para o surgimento e a manutenção dessas civilizações.

Palavras-chave: Economia; Mesopotâmia; Egito Antigo; Modos de Produção.

Abstract

The Mesopotamian and Egyptian economies in antiquity were thriving, despite the limited focus on the aesthetic interests of these cultures. Aiming to obtain a detailed overview of their functioning, along with a diagnosis of some of their production methods, this work seeks to present a systematic literature review on the scarcely explored topic of these desert-crossing societies. This analysis is based on contemporary economic models, respecting the necessary structural and temporal proportions, while also considering other fundamental aspects for the emergence and maintenance of these civilizations.

Keywords: Economy; Mesopotamia; Ancient Egypt; Modes of Production.

1. Introdução

Entre algumas das civilizações que deixaram de existir há muito tempo e ainda exercem um fascínio marcante na contemporaneidade, figuram as mesopotâmicas e a egípcia. Inúmeros são os motivos para tal interesse e um dos poucos assuntos explorados em ambas – pois até os silêncios são reveladores [6] – são as nuances econômicas que fundamentavam suas existências e justificavam sua grandiosidade.

É preciso ressaltar que, para a compreensão de qualquer fenômeno econômico, há a necessidade de se considerar inúmeros elementos, entre eles a presença da infraestrutura básica que viabiliza a própria existência, a dinâmica e a relevância desses fatos em tal civilização [11]. O estudo restrito apenas aos aspectos *a priori*, sozinhos, não consegue abarcar a multiplicidade de fatores responsáveis pelo sucesso ou fracasso de uma sociedade.

Sob o ponto de vista histórico, outro cuidado que se deve ter ao aplicar conceitos atuais aos fatos do passado é o perigo do anacronismo. Embora, como afirmava Aulo Gélío, "A verdade é filha do tempo", o pesquisador/historiador ao transitar entre duas épocas, a sua e a do objeto estudado, precisa atentar-se às fontes, teorias e métodos para que não reduza seu trabalho a um resultado deformado, que escapa à veracidade.

A História lucra em relação a outras áreas, pois pode contar com as demais ciências na construção do seu discurso. Isso enriquece a humanidade e permite que muitos conceitos, desde que possuam um certo potencial generalizante, sejam reaproveitados. São as inquietações da época presente que instigam os novos temas e não o contrário [1]. Entretanto, como afirmava Mises [8], não existe a possibilidade de se negligenciar a realidade econômica, assim como não se pode negar a gravidade ou outra força da natureza. ,

[...] cético quanto à teoria econômica mais corrente fornecer uma estrutura para a análise histórica das sociedades (e portanto das afirmações da nova história econômica), inclino-me a pensar que seja grande o possível valor da economia para o historiador da sociedade. Ela não pode deixar de abordar o que constitui um elemento essencialmente dinâmico na história, isto é, o processo — e, em termos globais e numa escala de longa duração, o progresso — da produção social. Na medida em que o faz, ela tem embutida em si, como percebeu Marx, o desenvolvimento histórico. ([4], pp. 75 – 76).

Sob o prisma da Economia enquanto ciência social, esta seara possui uma natureza lógica e epistemológica singular, baseando-se em características estruturais da ação humana que determinam a escolha tanto dos meios como dos fins a serem alcançados [8]. Ainda, para ele, foram os economistas os pioneiros da explicação causal da realidade social, de fato, como ela realmente era, sem buscar normatizá-la ou fantasiá-la como deveria ser.

A Economia, enquanto campo do saber, permeia o estudo das escolhas racionais que são impostas, pautadas em cálculos deliberados e sistemáticos, de como os objetivos podem ser satisfeitos, utilizando os meios que são inevitavelmente escassos [3]. Todas as sociedades conviveram com seus desejos e suas possibilidades, que não permitiam fazer tudo aquilo que ansiavam.

A partir dos apontamentos acima, o artigo estrutura-se em três seções: Mesopotâmia e Egito antigos, Economias mesopotâmica e egípcia; e Os modos de produção, respectivamente. A primeira seção aborda um pequeno retrospecto sobre características geográficas, históricas, culturais e políticas das duas regiões. Nas seções seguintes, articulam-se aspectos econômicos e os modos de produção das duas civilizações, enaltecendo semelhanças e diferenças, além de comparações conceituais que visam o entendimento do funcionamento detalhado entre elas.

2. Mesopotâmia e Egito Antigos

A Mesopotâmia compreende a região entre os rios Tigre e Eufrates, local que testemunhou o assentamento dos primeiros grupos humanos por volta de 5.000 a.C. Por isso, recebe a alcunha de "berço da civilização", por agrupar as incipientes sociedades que, com o passar do tempo, foram se desenvolvendo e ganhando notoriedade. Entre elas, destacam-se os sumérios, os acádios, os amoritas, os assírios e os caldeus. Embora culturalmente houvesse várias diferenças, registram-se também inúmeras semelhanças entre si, especialmente na economia, foco deste trabalho.

Os mesopotâmicos, ao contrário do que ocorreu no Egito, devido à etnia e à localização geográfica, não tiveram um único rei por período. Eles ora lutavam entre si, ora estabeleciam alianças, não pela hegemonia, mas para ocupar um espaço político-econômico próprio [10]. A disputa por tal lugar marcava, além do prestígio, questões de sobrevivência.

O Egito Antigo é lembrado por seus faraós, pirâmides e múmias. Foi uma sociedade que se valeu do entorno do Rio Nilo, devido à fertilidade do solo. Apesar de no início apresentar dois reinos, foi unificado aproximadamente em 3.200 a.C. por Menés. Geograficamente, encontra-se no Crescente Fértil, marcado por secas e cheias que impuseram o ritmo da natureza à sociedade que ali ocupou. Os egípcios, ao contrário dos mesopotâmicos, foram um povo culturalmente unificado, com pequenas especificidades entre si.

Pinsky [10] afirma que essa civilização não foi abençoada pelas condições geográficas, mas soube dominar a natureza perante as necessidades da época. Se o rio impunha o ritmo da vida egípcia, foi graças à intervenção humana que essa civilização pôde florescer. Devido a essas nuances, que extrapolam os aspectos geográficos, culturais, sociais, religiosos e outros, é necessário lembrá-los ao discutir alguns aspectos, como o da economia. Se os mesopotâmicos não desfrutavam de uma unificação política, para os egípcios tal condição era uma marca registrada.

Como não é possível, como na Matemática, isolar elementos para analisá-los sozinhos, no estudo das sociedades passadas é preciso considerar o todo de que faziam parte. Por vezes, o entorno do objeto revela mais que ele próprio. São os aspectos sociais ou societários da humanidade que evidenciam sua essência e os modos pelos quais ela obtém seu sustento e seu ambiente material [4]. Dessa forma, a economia revela-se como um desses elementos a serem desvelados: "É possível definir certas atividades humanas como econômicas, pelo menos para fins analíticos, e depois estudá-las historicamente. Embora isso possa ser (exceto para certos propósitos definíveis) artificial ou irreal, não é impraticável" ([4], p. 72).

Assim, não se pode afirmar que o esplendor dessas civilizações ou mesmo a escrita da história da humanidade estejam diretamente relacionadas a uma sucessão de sistemas socioeconômicos [4]; mas é preciso considerar que não se pode rejeitar a importância que tal segmento ocupou na construção da vida mesopotâmica e egípcia. Apesar da complexidade, a economia foi um dos pilares que oxigenavam os reinos e permitia o avanço das sociedades e, conseqüentemente, das fortunas imperiais.

Foram os embates entre as influências externas, as restrições fisiológicas impostas por um ambiente hostil e a natureza humana que forjaram estes grupos, moldando sua existência. O sucesso que lhes é atribuído decorreu da capacidade de adaptação ante um cenário desafiador que até hoje coleciona obstáculos. Emprestando o termo cunhado pela geógrafa britânica Doreen Massey [7] quando se refere à composição singular de cada lugar, como 'uniqueness' traduzido como unicidade, para enaltecer a qualidade de constituição única para cada local, pode-se afirmar que tal expressão aplica-se às condições analisadas para a Mesopotâmia e Egito na Antiguidade.

3. Economias mesopotâmica e egípcia

Uma sociedade é formada por diferentes segmentos que se influenciam e interagem mutuamente. Sua economia, não obstante, é pautada em variados fatores que se retroalimentam e promovem a manutenção desse sistema. A História, enquanto ciência, não pode negar a ação intencional da humanidade na criação de suas instituições, pois essas refletem atos conscientes e não meras conseqüências [4]. Se houve uma economia mesopotâmica e outra egípcia na Antiguidade, ela é o resultado das necessidades daquela época.

Toda análise e seu entorno devem considerar, entre outros aspectos, a natureza dos meios da ação. Eles e seus elementos que afetam seus propósitos; ou seja, são mediadoras dos atos cuja intencionalidade pressupõem um objetivo [8]. Para o mesmo autor, “Toda transação econômica pressupõe uma comparação de valores” ([8], p. 32). A economia dessas civilizações era orientada e moldava-se segundo determinados resultados esperados. ,

[...] divorciada da história, a economia é um navio desgovernado, e os economistas sem a história não têm muita noção de para onde o navio navega. Mas não estou sugerindo que esses defeitos possam ser sanados simplesmente pela aquisição de alguns mapas, ou seja, prestando mais atenção às realidades econômicas concretas e à experiência histórica. ([4], p. 99).

Aos mesopotâmicos, herdeiros da heterogeneidade cultural, coube a semelhança da interdependência econômica entre povos e cidades. Aos egípcios, povo cultural e politicamente homogêneo, a economia avançava com pequenas distinções. A divisão social do trabalho em ambas as civilizações forjou, pela primeira vez na história da humanidade, antagonismos determinados pelo papel econômico que cada indivíduo desempenhava perante seu coletivo [2]. A racionalidade na produção de tudo o que era necessário para a manutenção da vida em grupo separava cada trabalhador conforme seu papel social.

Mesopotâmia e Egito alicerçaram as bases da economia através do aproveitamento humano dos recursos naturais consolidado na prática da agricultura [5]. E graças aos esforços tanto do Estado quanto das comunidades, puderam, nesse sentido, subsistir, sobreviver e prosperar. Embora Inwagen citado por [11] afirme que haja um compatibilismo – a ação de um determinismo somado ao livre-arbítrio – nas decisões e vivências da natureza humana, as externalidades que os constroem não evitaram a realização de projetos individuais e coletivos diferenciados.

Apesar de a pecuária também fazer parte do cotidiano dos dois grupos, a principal característica do funcionamento da economia era o aproveitamento dos rios, por ser essencialmente agrícola [5]. Cheias insuficientes ou arrasadoras condenavam famílias à fome e governantes à instabilidade política. A dependência não apenas econômica, mas também de subsistência em relação aos recursos hídricos, era uma constante que assombrava a todos, já que catástrofes naturais ou a destruição dos sistemas hidráulicos por invasores durante guerras podiam, literalmente, dizimar toda a população.

O desabrochar dessas civilizações trouxe consigo um novo problema: a complexidade das sociedades em crescimento e suas relações econômicas exigiam objetividade para o bom convívio e a necessidade de controle por parte do Estado. Registros de produção, distribuição e pagamentos de tributos; tudo isso precisava existir. Com a intensificação do comércio, os sumérios, por exemplo, desenvolveram padrões e referências objetivas a serem usadas na economia. Houve também uma preocupação com a transmissão formal através dos sistemas de ensino da época [10], para que ninguém fosse prejudicado por essa formalização.

Assim, estabeleceu-se um padrão de trocas para as transações financeiras. A mensuração de bens e serviços na Suméria ocorria em dois formatos: um para pequenas quantidades e outro para grandes quantias. Cevada e posteriormente cobre eram usados para pequenos valores, enquanto a prata era reservada para os grandes [10]. Embora houvesse algumas inconstâncias nessas relações comerciais de compra e pagamento de produtos, estava inaugurada a monetarização da economia [10]. Começou-se a cobrar juros por empréstimos, alimentando um ciclo no qual as trocas passaram a ter valor próprio. Os comerciantes sumérios enriqueceram e, conseqüentemente, fortaleceram-se como nunca, ganhando influência política.

O próprio Código de Hamurabi, primeiro conjunto de leis da história, destina sua abrangência à economia suméria, ressaltando sua importância para a manutenção da civilização. Bastante enérgico em sua intervenção, ele legisla sobre regras de trabalho, valores para aluguéis e arrendamento de terras, além de animais, salários e normas de comércio [10]. Embora seja mais lembrado pelo rigor de suas punições contra criminosos, o código era a fonte jurídica para quase todas as necessidades da vida coletiva da época.

Com a complexidade que o crescimento populacional apresentava conforme a etnia em questão progredia, surge a figura do *tamkarum*. Segundo Pinsky [10] era um profissional que mesclava o trabalho de mercador, atacadista, usuário e funcionário do governo, atuando em diferentes setores. Entre suas funções estavam arrecadar tributos e taxas, comprar produtos em nome do rei e até emprestar dinheiro para os agricultores. Era um ofício que impunha certa subjetividade, pois envolvia diversas práticas, como estabelecer taxas que, por vezes, eram impagáveis para o devedor. Como forma de não prejudicar as finanças da sociedade suméria, o rei detinha o poder de decretar a abolição de algumas dívidas que considerasse exorbitantes, não como um gesto bondoso, mas para manter a roda da economia em movimento.

No que diz respeito ao Egito, é essencial lembrar que a religião estava inseparavelmente ligada ao aparelho estatal. Enquanto os mesopotâmicos viam na figura do rei um representante divino na terra, os egípcios acreditavam que o faraó era a própria personificação dos deuses, o que fez toda a diferença em praticamente todos os segmentos da vida. Se os monarcas mesopotâmicos eram representantes dos deuses, os faraós eram deuses encarnados [2].

Essa distinção também afetava a economia: desobedecer ao faraó equivalia a cometer uma transgressão religiosa e não apenas uma infração administrativa ou sonegação. Os palácios e templos egípcios devem ser analisados sob a ótica da sua importância econômica. Eram vastas organizações que controlavam territórios, rebanhos, profissões, frotas, depósitos e profissionais [2], com vistas ao agrado dos deuses. Como consequência direta, suas ações e omissões poderiam influenciar positiva ou negativamente na vida do povo.

É importante lembrar que tanto mesopotâmicos quanto egípcios impunham o pagamento de tributos em trabalho forçado, a chamada corveia, assim como em produtos para algumas aldeias, mas é no Egito que tal prática torna-se mais evidente. As cobranças recaíam sobre os chefes das propriedades (funcionários reais) quando as terras eram particulares e sobre outros responsáveis quando em terras sob domínio faraônico. Esse controle, assim com outros tributos, era baseado em censos periódicos e não no número de indivíduos, mas no potencial de tributação. Tudo estava vinculado ao Estado e ao controle econômico.

Fruto da prosperidade da sociedade egípcia, o faraó cada vez mais precisava de um sistema burocrático que auxiliasse no governo do reino. Tão importante quanto o *tamkarum* sumério, a figura do escriba é reconhecida profissional e socialmente. A complexidade das relações comerciais e econômicas no Egito demandava um trabalhador que controlasse praticamente todos os aspectos da vida próspera no Egito Antigo. Esse personagem era o escriba, um dos poucos detentores de habilidades como ler, escrever e calcular.

Parecia que nada escapava aos olhos dele, que estava, mais do que muitos, a serviço do faraó: “Jamais paravam de fiscalizar, calcular taxas, escrever relatórios, constatar, anotar e editar. Se naquela época já existissem carimbos, provavelmente seriam exímios também na arte de carimbar” ([9], p. 489). Certamente o escriba foi um dos responsáveis pela manutenção do reino faraônico, atuando em diferentes setores – administrativo, contábil, econômico, demográfico, social, trabalhista – que permeavam a vida em sociedade naquele período.

A grandiosidade das construções arquitetônicas, como algumas pirâmides e outros monumentos, mostra como a economia era próspera. Se não fosse, certamente tal arquitetura jamais teria se consolidado. Era uma via de mão dupla: enquanto havia trabalho nas edificações, havia emprego, e assim a roda girava. Entre os materiais utilizados, a pedra, certamente, era o mais evidente. Eram transportadas de locais distantes, uma vez que no deserto não existem. Heródoto afirmou que levavam dez anos para serem preparadas e mais vinte para a execução, intercalando turnos com aproximadamente cem mil homens na ativa [10]. Tempos de escassez ou de incertezas não teriam permitido tais empreitadas.

Uma nuance que muitas vezes passa despercebida é que os faraós evitavam ao máximo utilizar os felás, os camponeses, como soldados nas campanhas militares [10]. As poucas vezes em que foram utilizados, apresentaram um rendimento muito baixo. Esse cuidado não estava pautado na falta de habilidade militar, mas sim em manter a provisão de alimentos o mais próxima possível da normalidade e não afetar a economia do reino. Era o próprio governo evitando desestruturar o sistema produtivo [10]. ,

Ocorre-nos, de imediato, o exemplo da agricultura. Apesar de constantemente ter surpreendido os defensores do desenvolvimento econômico, sabemos que uma forma de estrutura agrária e de organização produtiva não pode simplesmente ser substituída por outra no prazo exigido pela política, mesmo quando se possa verificar economicamente mais produtiva. ([4], p. 110).

Outro ponto que merece destaque e que não está vinculado, por vezes, à manutenção da economia, ainda que de modo secundário, são as nomeações dos nomarcas. Eram as autoridades regionais que governavam os nomos, sendo quarenta ao todo [10]. Eram importantes intermediários entre o faraó e o mais singelo dos camponeses, tendo suas atuações: ,

[...] sempre limitada pela presença de funcionários do governo central que vinham constantemente fiscalizar campos, conferir rebanhos, orientar construções ou transmitir normas, de modo a permitir a manutenção de ligação estreita entre o poder central e o mais obscuro dos habitantes. ([10], p. 122).

Evidente que muitas subjetividades perpassavam essa relação, por vezes mediada até pelo escriba. Tão importante quanto o faraó estava esse trabalhador que dedicava praticamente todo o tempo de sua vida conferindo rebanhos e áreas cultivadas, taxas pagas e devidas, quantidade de cereais estocados, entre outras atividades [10]. A sobrevivência do reino estava atrelada ao bem-estar econômico.

Havia uma escola para futuros escribas, não obstante a profissão geralmente passasse de pai para filho. Os meninos ingressavam com cinco anos de idade e aprendiam história, matemática, geografia e administração pública. Tal fato evidencia como havia uma preocupação latente com a saúde financeira do reino. E isso se mostra mais presente a partir da quarta dinastia: ,

O aparelho do Estado já está totalmente organizado, como é indicado pela sistematização hierárquica das titulaturas de funcionários e cortesãos. Se ao iniciar este período a tendência era de entregar altos cargos aos parentes do rei, isto em seguida modificou-se, e formou-se uma verdadeira burocracia de Estado. ([2], p. 43).

No Egito também não havia uma moeda corrente, mas logo se desenvolveram sistemas que auxiliavam o controle sobre as inúmeras demandas que o reino apresentava. O escambo também era

usado nas transações corriqueiras do cotidiano, e, para montas maiores, ouro e prata. A economia também pôde se desenvolver devido à centralização do poder. Tais nuances não podem ser separadas das realidades sociais e institucionais às quais faziam parte, para que sejam úteis à análise histórica [4].

4. Os modos de produção

Tudo aquilo que é produzido, desde bens até serviços, e a maneira como isso ocorre e afeta toda uma sociedade, é considerado seu modo de produção. Ao longo do tempo, muitos formatos foram adotados, enquanto outros fracassaram tão logo surgiram. Hobsbawn [4] afirma que a análise desse aspecto deve se pautar no estudo das forças materiais disponíveis, compreendendo tanto a tecnologia e sua organização, quanto a economia dela gerada. Partindo-se da premissa de que as sociedades mesopotâmicas e egípcia não eram capitalistas, ainda assim, faz-se necessário entender sua lógica de funcionamento econômico.

Embora não haja consenso, a partir do século XIX, com a criação do modelo de produção asiático por Karl Marx, muito se avançou sob este prisma. Um dos autores que se debruça sobre a temática citada [2] afirma que esse modelo marxista perdurou durante muito tempo como sendo sinônimo de uma sociedade superior que era confundida com um Estado encarnado num governante divino que explorava “[...] mediante tributos e trabalhos forçados as comunidades aldeãs – caracterizadas pela ausência de propriedade privada e pela autossuficiência, permitida pela união do artesanato e da agricultura” ([2], p. 82).

Devido a uma grande quantidade de civilizações que se encaixavam nestes modos de produção não estarem apenas localizadas na Ásia, mas em tantos outros continentes, o autor [2] propõe uma troca da expressão “modelo de produção asiático” por despótico-tributário, tributário, despótico-aldeão, entre outros. A nova nomenclatura refletiu melhor a relação instaurada entre seus envolvidos, que na maioria das vezes pautava-se entre dominante e dominados.

Oriunda dessa ideia, o referido autor [2] formulou dois conceitos de modos de produção, sendo o doméstico e o palatino para as sociedades da Antiguidade. Ele, também, foi um dos primeiros a atribuir esses dois modos de produção a elas – Mesopotâmia e Egito – como elementos fundamentais das primeiras organizações econômicas. Toledo ([11], p. 1) afirma que “A força da atividade econômica, obra humana, reflete essa essencial dependência para com os lugares”.

O modo de produção doméstico era o resultado direto da Revolução Neolítica, marcado pela economia de subsistência, sem divisão ou especialização no trabalho, e sem diferenciação entre classes sociais. A terra, não era vista como uma propriedade privada, mas um espaço comunitário [2]. Havia um ciclo contínuo entre o plantar e o colher, baseado na sobrevivência. Em oposição ao doméstico, surge o palatino, que foi:

Fruto da revolução urbana, caracteriza-se pela existência de grandes complexos palaciais e templários como centros de organização social. A economia, centralizada, passava por mecanismos de concentração e posterior redistribuição de excedentes conseguidos com a cobrança de tributos e trabalhos forçados. Essa economia, contrariamente à anterior, caracteriza-se por uma forte divisão e uma especialização do trabalho e pela existência de diferentes formas de propriedade da terra. ([2], pp. 26-28).

Cronologicamente, o modo de produção doméstico tinha sido o primeiro a ser implementado, aten-

dendo bem às demandas dos grupos ainda pequenos. Com o passar do tempo e o desenvolvimento dos núcleos urbanos e o aumento demográfico, surgiu o modo de produção palatino, que utilizava o doméstico como base, em vez de fazê-lo desaparecer [2]. O uso de um sistema já enraizado nas sociedades poderia facilitar a implantação de outro mais complexo, mas também poderia ser motivo de revolta.

Os dois modelos, influenciados pelos estudos dos marxistas, podem ser aplicados aos formatos produtivos mesopotâmicos e egípcio devido às suas características. E são eles que vão fomentar, no século XX, o surgimento de correntes de estudos econômicos pré-capitalistas, que serão discutidas neste artigo: a formalista e a substantivista.

A formalista, defende que os estudos das economias antigas podem ser comparados às teorias econômicas modernas e contemporâneas; aplicando a lógica do capitalismo a todas as épocas e sociedades, com valores universais como lucro, capital e mercado [5]. É claro que, para isso, devem ser respeitadas determinadas características, pois há fatores relevantes hoje que não havia antes.

Já a substantivista, que tem como expoente Karl Polanyi, afirma que não se pode analisá-las com base nas teorias econômicas modernas ou atuais, pois a economia da época estava sujeita a elementos sociais inexistentes hoje. Padrões capitalistas não poderiam ser atribuídos às sociedades antigas [5]. Tal vertente respeita as especificidades de cada período analisado, colocando contrapontos sócio-históricos.

Nesse prisma, para o mesmo autor [5], os mecanismos de reciprocidade e redistribuição eram os fatores basilares. Na reciprocidade havia a prática do dom e do contradom; o dom era algo dado para outrem – outra pessoa, família ou mesmo Estado – que tinha a obrigação de dar algo em troca como se fossem presentes. Essa mediação era diplomática por cunho familiar, político ou religioso. Já a redistribuição era feita exclusivamente com os excedentes do Estado.

Das duas concepções, João [5] expande a temática e deriva para quatro lógicas de organização econômico-social existentes nas sociedades orientais próximas que se encaixam nas estudadas nesta análise: lógica palacial-aldeã, lógica da grande economia familiar ou individual, lógica da pequena economia familiar ou individual, e lógica escravista.

As duas primeiras – lógica palacial-aldeã (também conhecida como tributário-aldeã) e lógica da grande economia familiar ou individual – foram as que prevaleceram na Mesopotâmia e Egito, articuladas com os dois modos de produção anteriormente citados, doméstico e palatino; convergindo para o sucesso destas sociedades. Mises [8] reitera que foi na Antiguidade que a divisão do trabalho foi mais longe.

Suas características englobavam aquilo que estava presente em ambas: processo de urbanização, prática da agricultura, centralização do poder e das riquezas. Havia a tributação através da corveia (serviço compulsório ao Estado) durante a entressafra com posterior redistribuição dos produtos pelo governo [5]. A quantidade de afazeres a ser realizada em determinado momento garantia a sobrevivência em tempos de marasmo no trabalho.

As grandes obras públicas ou as tarefas no campo remuneravam diariamente com alimentação os serviços prestados, ao passo, que enquanto cobravam seus impostos, afastavam o problema da fome de alguns grupos. Era uma ajuda mútua, guardadas as devidas proporções (liberdade *versus* obrigatoriedade). Toledo [11] reconhece que o lugar cria dependências que instigam as pessoas a orbitarem em razão de diversos elementos como família, pertencimento e sobrevivência.

Outra nuance era a rede de subordinação que existia entre algumas pessoas do reino para com seus trabalhadores e escravos. A terra era arrendada para terceiros, que produziam e tinham no

seu proprietário o controlador das relações econômicas que ali eram mediadas, desde a resolução de conflitos até à cobrança da tributação. É, mais uma vez, o lugar, formado e alimentado pela sua trama estrutural, socioeconômica e cultural, que influencia e modela cada indivíduo [11].

A lógica da pequena economia familiar ou individual e a lógica escravista praticamente inexisteram entre esses povos. A autonomia econômica era muito pequena e em escala bastante reduzida [5]. E vale ressaltar que os escravos nesses locais não eram a base das relações de produção, tinham personalidade jurídica e até alguns direitos reconhecidos [2], o que não se percebe em outras civilizações. Basta verificar no Código de Hamurabi essa situação.

Entretanto, se a agricultura tanto para mesopotâmicos quanto para egípcios era a base do sistema econômico, não se pode negar a importância da pecuária, que fornecia, além do alimento, a matéria-prima para diversas utilidades como objetos e vestuário; bem como a essencialidade do artesanato, por vezes alimentada por aquela. Também foram fatores que contribuíram com o movimento da roda da economia.

Ainda que os modos de produção fossem controlados pelo Estado, assim como o fruto desse trabalho, havia um sistema econômico que funcionava e dividia-se em dois: um relacionado com as transações governamentais e outro entre indivíduos, famílias ou membros da comunidade. “O que se realiza sob divisão do trabalho é mais produtivo que o trabalho isolado do indivíduo” ([8], p. 122), ou seja, cada sujeito atinge de modo mais fácil seus fins através da cooperação, do que agindo sozinho.

A economia circulava inclusive entre reinos, quando as cortes mandavam presentes (dom) para outras, com interesses, entre eles, diplomáticos, e seu receptor tinha a obrigação de retribuir em agradecimento (contradom). Eram produtos e objetos que por vezes só existiam nas terras do doador ou podiam ser diversas coisas até sem valor comercial [5]. O dom e o contradom eram uma relação não econômica que transcendia o tempo, porque há a doação de um presente, enquanto ao mesmo tempo esperava-se sua retribuição.

A Economia, em qualquer período histórico, sofre a intervenção das ideias socioeconômicas vigentes de seu período, além de ser controlada pelos interesses de um grupo detentor do poder e de difundir seus juízos desejados [11]. Além disso, é refém de outros fatores como aspectos geográficos, culturais e políticos que estão intrinsecamente ligados àquela, conferindo um aspecto de unicidade e singularidade que não se repete, uma constituição única para Mesopotâmia e Egito.

5. Considerações

O *modus operandi* da economia nas sociedades mesopotâmicas e egípcia foi caracterizado por elementos que não podem ser confrontados com a atualidade. No entanto, compará-las entre si é, inevitavelmente, nas palavras de Toledo [11], comparar igual com igual. Elas não eram capitalistas e não havia leis de mercado, o que as torna objetos de análise sob um viés que respeite as especificidades do período, incluindo elementos sociais, geográficos, religiosos e políticos, pois sem estes a economia não poderia existir por si só; afinal, era uma consequência e não um motivo.

Mesmo que tais obstáculos dificultem um exame contemporâneo, é preciso ressaltar que a história sozinha não decide quais aspectos da humanidade serão excluídos e quais não, embora possa optar por concentrar-se em alguns e negligenciar outros [4]. O estudo do sistema econômico e seus modos de produção – doméstico e palatino – que são referenciados pelas correntes formalista e substantivista, possibilitam uma análise detalhada de um segmento pouco explorado, especialmente no contexto cultural de Mesopotâmia e Egito.

Entre aproximações e distanciamentos na economia, como reconhecemos neste artigo, os padrões estruturais-funcionais elucidam-nos o que há de comum sobre as diferenças; e o problema reside exatamente no que não se têm em comum [4] e é nesse ponto que precisamos nos concentrar. Evitando anacronismos, eles não utilizavam a moeda como fazemos atualmente, o que por si só já representa uma particularidade que não pode ser ignorada.

Conquanto recentes interpretações emerjam a cada novo trabalho nessa área, é preciso reconhecer que o sistema econômico e os modos de produção utilizados por essas sociedades satisfaziam as necessidades delas na época de sua existência. Suas histórias são, nas palavras de Hobsbawn ([4], p. 77) “uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram”. Diante de uma realidade complexa, e em certo sentido, hostil, a natureza humana soube se adaptar e prosperar.

Referências

- [1] Bloch, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- [2] Cardoso, C. F. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1991.
- [3] Chan, H. J. *Economia: modo de usar*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2015.
- [4] Hobsbawn, E. *Sobre história - Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- [5] João, M. T. D. *Tópicos de história antiga oriental*. Curitiba: InterSaber, 2013.
- [6] Le Goff, J. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.
- [7] Massey, D.; Rovira, N. B.; Mas, A. A. *Doreen Massey: un sentido global del lugar*. Vilassar de Dalt: Icaria Editorial, 2012.
- [8] Mises, L. V. *Problemas Epistemológicos da Economia*. São Paulo: Uiclap, 2022.
- [9] Ortiz, A. *Egito dos Faraós*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- [10] Pinsky, J. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Atual, 1998.
- [11] Toledo, E. F. T. *Geografia econômica: permanências e rupturas na análise da atividade econômica em sua relação com o espaço geográfico*. Curitiba: Appris, 2023.

Junior Benedito Pleis
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso/SEDUC
<pleisjunior@gmail.com>

Talita Seniuk
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso/SEDUC
<talitaseniuk@gmail.com>

Recebido: 15/01/2024
Publicado: 30/10/2024